



espacio abierto

Cuaderno Venezolano de Sociología



Auspiciada por la International Sociological Association (ISA),
la Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS)
y la Asociación Venezolana de Sociología (AVS)

Vol.28
Abril - Junio
2019

2



Analise social, econômica e histórica das reservas extrativistas da Amazônia: lutas e trajetórias

Rogério Delbone Haddad¹, Maria Delbone Haddad², Cláudia Moura de Melo³, Rubens Riscalca Madi³ y Andressa Sales Coelho³

Resumo

As Reservas Extrativistas são uma das categorias das unidades de conservação de uso sustentável, que tem como objetivo proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas além de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais das Unidades de Conservação. Este estudo analisou um conjunto de informações socioeconômicas, culturais e ambientais das Reservas Extrativistas localizadas na Amazônia. Trata-se de um estudo de campo do tipo transversal, descritivo e analítico, com abordagem qualitativa, quantos aos instrumentos foram realizados questionários, entrevistas, observações e diálogos com membros das comunidades, que buscou analisar as características, significados, lutas e trajetórias na construção e consolidação destes espaços e nesta perspectiva retratarem as questões sobre o modo de vida destas populações e suas representações. Quantos aos resultados e discussão foram demonstrados, a partir das lutas, das conquistas, das ressignificações, das representações e a reflexão sobre a exclusão social destes povos e seus sentidos de vida. Nesta perspectiva é fundamental que haja uma reincorporação das questões ambientais nas políticas sociais, numa ampla estratégia de desenvolvimento, baseados também nos objetivos globais para o desenvolvimento sustentável, de

Recibido: 16-12-2018 / Aceptado: 09-02-2019

- 1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho, Brasil. E-mail. haddad-rog@hotmail.com
- 2 Governo do Estado de Rondônia. Porto Velho, Brasil
- 3 Universidade Tiradentes. Aracaju/Sergipe, Brasil.

modo a diminuir a exclusão e vulnerabilidade das pessoas que vivem nestas áreas.

Palavras-chaves: Sociedade; ambiente; Amazônia; desenvolvimento.

Historical, social and economic pictures of extractive reserves of the Amazon: between fight and recognition.

Abstract

Extractive Reserves are one of the categories of conservation units for sustainable use, which aims to protect the livelihoods and culture of the extractive populations and ensure the sustainable use of the natural resources of the Conservation Units. This study analyzed a set of socioeconomic, cultural and environmental information of the Extractive Reserves located in the Amazon. This was a cross-sectional, descriptive and analytical field study, with a qualitative approach, how many of the instruments were questionnaires, interviews, observations and dialogues with community members, which sought to analyze the characteristics, meanings, struggles and trajectories in the construction and consolidation of these spaces and in this perspective portray the questions about the way of life of these populations and their representations. How many of the results and discussion have been demonstrated, starting with the struggles, the achievements, the resignifications, the representations and the reflection on the social exclusion of these peoples and their senses of life. In this perspective, it is essential that environmental issues be reintegrated into social policies, into a comprehensive development strategy, based also on global objectives for sustainable development, in order to reduce the exclusion and vulnerability of people living in these areas.

Keywords: Society; environment; Amazon; development.

Introdução

O conceito de Reserva Extrativista (Resex) institucionalizado no Brasil, tem grande ligação com processo histórico de conflitos no campo (Alegretti, 1994). Alguns autores que estudam sobre as unidades de conservação e seus impactos ambientais e sociais apontam

a necessidade da criação desse instrumento de ordenamento territorial que se apoiou na luta dos povos da floresta, com grande ênfase no movimento dos seringueiros no Estado do Acre, Brasil, liderado pelo sindicalista Chico Mendes na década de 1980.

Allegretti (1989) ao discutir as Reservas Extrativistas, atenta para o fato de os seringueiros criarem os filhos extraindo o látex das seringueiras enquanto lutam diuturnamente em prol destas terras. A autora defende ainda, que deve existir uma proposta de exploração racional para que se preserve a floresta, pois apesar da crescente mobilização em todo o mundo para salvar a floresta Amazônica, as perdas ambientais são grandes, sendo necessário demonstrar a viabilidade econômica, social e política das reservas, planejadas e geridas a partir das comunidades que ali vivem.

Petrina (1993) descreve que, na década de 1970, o movimento dos seringueiros se iniciou na arena política brasileira onde de um lado, crescia e se organizava um novo modelo de ocupação da região Amazônica cresce e do outro, despontavam formas originais de luta, que fizeram com que estes movimentos encontrassem entre os intelectuais, aliados importantes nas grandes cidades.

Em 1985, criou-se o Conselho Nacional dos Seringueiros, importante instrumento na configuração da identidade política dos seringueiros, que concediam um salto organizativo de uma base sindical de caráter local para uma dimensão regional e nacional (CNS, 1985).

Nesse período, o movimento se ampliou na Amazônia e começou a elaborar uma proposta extremamente original: as Reservas Extrativistas (Resex). Esta proposta recusa a propriedade individual da terra, sendo uma figura jurídica em que a União é a proprietária formal, ficando o usufruto para o conjunto de famílias que residem dentro dos seus limites, por meio de suas organizações comunitárias (Petrina, 1993).

A autora enfatizou que o movimento dos seringueiros, consagrado nas reservas extrativistas, continuou ameaçada com ausência de ações e estratégias para o não esvaziamento das resex, para as cidades, contribuindo desta forma para o aumento da pobreza e da exclusão social na vida urbana, vivendo em condições precárias de saúde, educação, moradia e falta de empregos.

Neste sentido a busca pelo desenvolvimento socioambiental das reservas voltado para a sustentabilidade, não pode dissociar a relação entre a saúde, o ambiente e o desenvolvimento, em especial quando se referem às populações que vivem nestas comunidades, cujas dificuldades são extremamente grandes e as políticas públicas voltadas para o homem da floresta são muitas vezes insuficientes devido à complexidade da região (Allegretti, 2002).

As políticas de manutenção das reservas são mais eficientes quando sustentadas em relações democráticas, pois auxiliam gestores a realizar mudanças dentro de cenários demográficos e econômicos, para melhor utilização dos recursos disponíveis (Newton; Endo; Peres, 2011). Em contrapartida, precárias condições de vida dos habitantes desses territórios condicionam atividades produtivas que causam degradação ambiental e mesmo a política ambiental das reservas sendo única para todo o Brasil, as realidades sociais, econômicas, ambientais e culturais são heterogêneas (Riemann; Santes-Álvarez; Pombo, 2011; Florentino; Silva; Freitas, 2016).

Neste contexto é indispensável que as políticas para os seringueiros da floresta Amazônica sejam elaboradas na perspectiva da sustentabilidade e que possam favorecê-los em todas as suas dimensões, porque o desenvolvimento sustentável é multidimensional, incorpora diferentes aspectos da sociedade, buscando a proteção ambiental e manutenção do capital natural para alcançar a prosperidade econômica e a equidade para as gerações atuais e futuras (Kelly et al., 2004).

Neste sentido, Sen (2000, p.17 e 18) alerta para a importância do desenvolvimento como promotor da liberdade:

“O desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a alguns dos meios que, entre outras coisas, desempenham um papel relevante no processo. O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.”

Para o autor é inegável o fato de que as oportunidades sociais facilitam a participação econômica, a esse respeito, não se pode olvidar que entre as funções essenciais dos denominados estados sociais está a tentativa de igualar minimamente os pontos de partida, objetivando alcançar uma igualdade de oportunidades entre os integrantes da sociedade, que propiciem efetivamente o livre desenvolvimento do indivíduo. Nesse aspecto a promoção dos direitos a saúde e a educação são primordiais e desempenham papel estratégico na conformação do desenvolvimento social da população, com repercussões também na expansão econômica de forma integral.

Nesta perspectiva o grande desafio é buscar os meios e instrumentos para a implementação efetiva destes direitos, ainda que tal desiderato implique em a reformulação dos modelos tradicionais de prestação de assistência, de modo a aumentar a participação da própria sociedade, mediante o vínculo de solidariedade social.

Para que haja eficácia nos processos sociais e econômicos é preciso observar as relações empíricas relevantes, particularmente as que são mutuamente reforçadoras entre liberdades de tipos diferentes. Por meio destas inter-relações, a condição de agente emerge como motor fundamental do desenvolvimento já que, além de constituí-lo, também fortalece outros tipos de agentes livres (Sen, 2000, p, 19).

Outro aspecto relevante se refere aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), (Organização das Nações Unidas, 2015) que, sem dúvida, são prioridades bem-intencionadas. Para se colocarem em prática tais objetivos, é preciso ter uma visão crítica do modelo de desenvolvimento que tem prevalecido globalmente e perceber que questões essenciais ficaram de fora dos ODS. A concepção de desenvolvimento sustentável não foi suficientemente problematizada e aprofundada no documento, nem sequer na rodada de consultas (Diniz Alves, 2015).

A partir da interface entre os três elementos social, ambiental e econômico este artigo tem como objetivo descrever e analisar as dinâmicas e os modos de vida dos povos da

Floresta Amazônica em especial os seringueiros que habitam as unidades de conservação, as chamadas Reservas Extrativistas, a partir do processo histórico e das políticas para o desenvolvimento.

Breve panorama histórico sobre as Unidades de Conservação no Brasil

O direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado estabelecido no artigo 225 da Constituição de 1988 pressupõe, conforme disposto no inciso III do seu parágrafo 1º, a definição e manutenção de espaços territorialmente protegidos em todas as unidades da federação. Para tanto, é necessário possibilitar ao poder público, as condições não só para criar tais espaços, mas, sobretudo, para mantê-los, tendo como fim específico o de “criar condições melhores de vida humana pela conservação de espaços povoados por outras espécies animais e vegetais” (Leuzinger et al., 2001).

Neste contexto, a instituição do chamado Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000) foi um importante instrumento para a concretização da legislação, constante do artigo 225 da Constituição Federal do Brasil de 1988 (Derani, 2001).

As Unidades de Conservação que integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação instituído pela Lei nº 9.985/2000 dividem-se em dois grupos (artigo 7º), com características específicas. O primeiro grupo é denominado de Unidades de Proteção Integral, com o objetivo básico de preservar a natureza e nas quais é admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais (parágrafo 1º) suas categorias são: (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre). Já o segundo grupo é chamado de Unidades de Uso Sustentável, e apresenta o objetivo primordial compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, (parágrafo 2º) suas categorias são: (Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural).

Esta diversidade de categorias das unidades de conservação ocorre devido a multiplicidade de objetivos de conservação que serão atendidos de forma prioritária, ou não, por cada uma delas, sendo que algumas poderão apresentar um significado mais ou menos relevante para a preservação da biodiversidade e dos sistemas naturais (Milano, 2001).

Ao analisar as transformações ocorridas nas últimas décadas com relação às áreas protegidas e populações destas comunidades, na América Latina, Dourojeanni (2001) chegou à conclusão que, apesar do aumento em número e em superfície das mesmas, a proporção das áreas protegidas de uso indireto, ou estritamente protegidas, diminuiu em relação àquelas que permitem o uso direto dos recursos naturais e àquelas onde a terra pode pertencer ao domínio privado.

Essa mudança qualitativa, entretanto, não é desejável do ponto de vista da preservação da biodiversidade, pois as unidades de conservação de uso direto não são suficientes

para tanto. Ainda de acordo com Dourojeanni (2001), deve-se aceitar que as unidades de conservação de uso indireto também são indispensáveis em qualquer estratégia onde se pretende aplicar os conceitos de desenvolvimento sustentável e que as mesmas não existem em número e em superfície suficientes para o cumprimento de suas funções, em especial para a conservação da biodiversidade. Deste modo, o ideal é a existência das duas categorias de unidades de conservação de modo que sejam complementares.

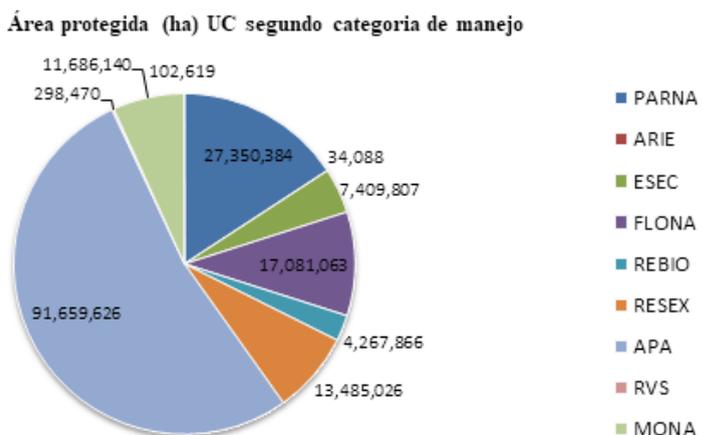
Além do processo de criação, as unidades de conservação precisam ser efetivamente implantadas e manejadas, para que não se tornem vulneráveis não cumprindo seus objetivos (Milano, 2001; Pádua, 2002).

O Brasil possui 334 Unidades de Conservação (UC) federais geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), espalhadas em todos os Biomas Brasileiros – Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal e Marinho e cuja área total somam 1.203.940.363,08 hectares e 14 Centros de Pesquisa e conservação. (Painel Dinâmico do ICMBio, 2019). Segundo o ICMBIO, dessas 334 UC, 150 são UC de Proteção Integral e 184 são UC de Uso Sustentável (CMUC/MMA, 07/2018).

A Amazônia é a região do Brasil que mais possui UCs (128 de acordo com ICMBio, 2017). A construção destas unidades na Amazônia é marcada não pela *Forest of disputes* (Ioris, 2005) da população tradicional, mas, sobretudo, pela luta pela terra e pelo acesso e gestão de recursos naturais (Allegretti, 1992), baseada numa proposta de estatuto territorial resultante do processo de “lutas e experiências acumuladas que tornaram possível idealizar esse espaço” (Allegretti, 2002; Santos, 2015).

Na figura 1 é possível verificar a classificação das UC, detalhando o percentual de áreas de cada categoria.

Figura 1: Unidades de Conservação no BrasilICMBio, 2018



As reservas extrativistas surgem com a finalidade de gerar desenvolvimento social e proteção ao meio ambiente, objetivando também a inclusão social e econômica das populações que vivem dentro ou no entorno dessas áreas (Costa, Murata, 2015).

Para Silva (2007, p. 295-296) “Elas foram efetivamente a primeira grande síntese Amazônica moderna não-indígena de um novo modelo de desenvolvimento humano local, associada ao ideário de preservação dos ecossistemas naturais com base em áreas protegidas.” Elas também contribuíram para o surgimento e a intensificação de conflitos sociais, econômicos, culturais, étnicos (Silva, 2007; Silva, 2015; Silva; Simonian, 2015).

Segundo Costa e Murata (2015, p. 96):

[...] muitos dos conflitos socioambientais envolvendo grupos sociais e UC ocorrem devido à implantação de unidades de Proteção Integral, de caráter restrito à ocupação e uso humano. Essas populações são então realocadas ou indenizadas e precisam restringir seu uso e acesso a alguns recursos naturais. Sendo essas atividades praticadas consuetudinariamente e, sendo essas populações detentoras dos direitos da propriedade, cria-se um conflito e um debate entre essas duas vertentes.

Muitos conflitos emergiram a partir da criação das reservas extrativistas da intervenção mais macro e intersetorial das políticas públicas para UC e a precária situação das áreas: educacionais, de moradia, de saneamento básico, problemas de saúde, assistência técnica para gestão da produção agrícola sustentável e regularização fundiária (Silva, 2007; Costa, 2014).

A realidade vivenciada pelas comunidades nas Reservas Extrativistas em função de sua sobrevivência nos seus territórios, e pela necessidade de se apropriar do processo de gestão ambiental institucionalizado pelo Estado a partir da decretação da Reserva, determina o funcionamento da “gestão compartilhada.” O “poder” das comunidades sobre suas vidas que historicamente eram conduzidas por si mesmas, agora tem que dividir a gestão de seu território com o órgão ambiental e outras instituições.

Considerando o que define Loureiro e Cunha:

Autonomia significa estabelecer condições de escolha em que não haja tutela ou coerção. Ou seja, condições em que os sujeitos (individuais ou coletivos) não sejam dependentes de outrem para conhecer e agir, seja o Estado, o partido, uma elite econômica, política ou intelectual, um filantropo ou uma empresa. Isto não significa que formas institucionais não sejam necessárias para a ação em sociedade e para a conformação de uma nação, pelo contrário, mas sim que tais formas devem subordinar-se aos interesses e necessidades dos grupos sociais (LOUREIRO e CUNHA, 2008, p. 240)

O discurso de unidades de uso sustentável perde credibilidade, uma vez que a pobreza econômica, a exclusão social e a degradação ambiental se tornam pertinentes (Hall, 2004). Essa deterioração organizacional das Resex modificou a ordem produtiva de tal modo que as atividades complementares se tornaram prioritárias. A passagem do século XX ao XXI

assisti à expansão da atividade pecuária nas unidades de uso sustentável (Pantoja; Costa; Postigo, 2009).

Não se formou uma coalizão social capaz de transformar a biodiversidade, os produtos e os serviços ecossistêmicos da exploração florestal em reservas sustentáveis (Abramovay, 2010).

Esse contexto nos leva a indagar: por que os objetivos de conservação ambiental das unidades de conservação e desenvolvimento social ainda não se consolidaram nas Resex? O que os estudos têm demonstrado sobre essa questão de produzir e conservar? O modelo de gerenciamento das Resex tem se mostrado eficiente? E as populações locais, como têm se comportado ao longo dos anos após a criação das Resex? Porque se a Resex é uma unidade de conservação de uso sustentável, espera-se que ela tenha esse desenvolvimento.

A partir desses questionamentos, essa pesquisa traz resultados das atuais dinâmicas para as políticas de conservação ambiental da Amazônia e desenvolvimento social que não são tão satisfatórias enquanto políticas sociais, bem como considera temas relacionados à biodiversidade, ao extrativismo, à produção, e a manutenção das populações extrativistas.

Materiais e métodos

1 Delineamento

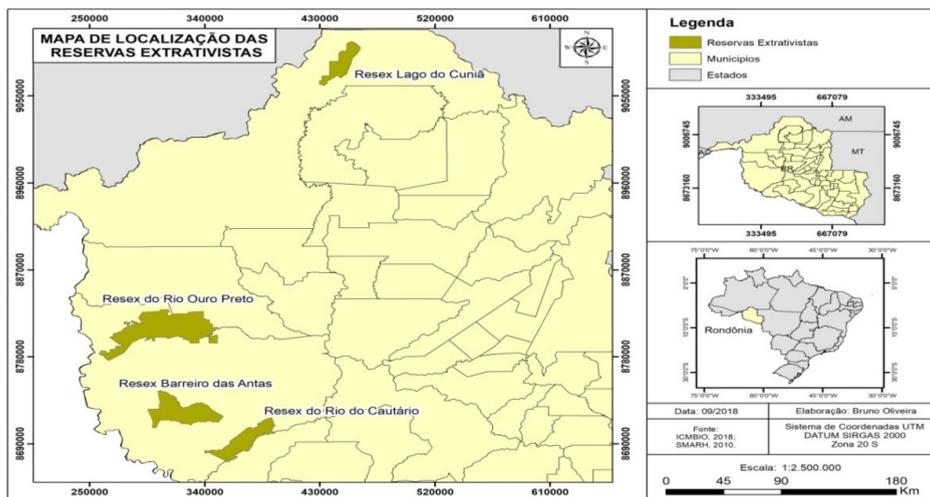
Trata-se de um estudo de campo do tipo transversal e descritivo, com abordagem qualitativa realizado no período de março de 2017 a junho de 2018.

2 Áreas de estudo

O Estado de Rondônia tem vinte e uma reservas extrativistas estaduais e quatro federais que foram eleitas para este estudo: Resex Barreiro das Antas e Resex Rio Cautário localizadas no município de Guajará-Mirim, Resex Lago do Cuniã no município de Porto Velho e a Resex Rio Ouro Preto localizada entre os municípios de Nova Mamoré e Guajará-Mirim (Figura 2).

Na tabela 1 podem-se observar os dados de cada uma das referidas reservas, para que se tenha uma dimensão detalhada.

Figura 2 : Localização das Reservas Extrativistas



Fonte: ICMBIO, 2018; SMARH 2010

Tabela 01 – Informações Gerais sobre as RESEX

Nome	Hectares	Famílias	População	Município
Barreiro das Antas	106.197,74	12 famílias	40 pessoas	Guajará-Mirim
Lago do Cuniã	50.603,84	100 famílias	273 pessoas	Porto Velho
Rio Cautário	75.124,93	11 famílias	22 pessoas	Guajará-Mirim
Rio Ouro Preto	204.631,55	157 famílias	583 pessoas	Guajará-Mirim/ Nova Mamoré

Fonte: ICMBIO 2017

Em se tratando dos procedimentos técnicos, este trabalho adotou a análise de conteúdos e a descrição-analítica, de forma a atender as etapas da investigação da pesquisa (Bardin, 2009).

Como instrumentos para coleta de dados, utilizaram-se questionários, entrevistas e diário de campo. Participaram da pesquisa os moradores das comunidades (extrativistas) e o responsável familiar de cada família foi convidado a responder um questionário e uma entrevista sobre as questões socioambientais, econômicas e culturais das reservas.

A amostragem para a população de extrativistas (seringueiros) foi efetuada pelo cálculo amostral realizado pela Fórmula de Barbetta, (Barbetta, 2010). Foram calculados Intervalos de Confiança (IC) a 95% para todas as estimativas.

Quanto à análise dos dados (Bardin, 2009), evidencia conclusões mais efetivas, pois se baseia em categorizações, interpretações e observações, que descreve que o objeto principal é a interpretação, pois interpretar tem a ver com descobrir sentidos e como compreendê-los. E, como os sentidos das coisas podem ser pensados de vários modos diferentes, existem diversas maneiras de pensar as atividades interpretativas.

Segundo Galiazzi (2003), as análises e descrições dos conteúdos devem estar alicerçadas em uma leitura de forma crítica, na qual buscou uma explanação mais abrangente, de forma que a investigação possa contribuir melhor para uma realidade mais equacionada.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes (UNIT), sob o parecer Número 2061035.

Resultados e discussão

Foram entrevistadas 155 chefes de famílias, distribuídas nas 4 reservas extrativistas estudadas, sendo 52% (n=80) da reserva Rio Ouro Preto, 40% (n=62) reserva lago do Cuniã, 7% (n=11) reserva do Rio Cautário e apenas 1% (n=2) da Reserva Barreiro das Antas.

A partir das considerações das entrevistas e da organização dos dados foi possível descrever a trajetória, as lutas, os empates, as conquistas e perspectivas dos extrativistas que construíram suas histórias de vida com dificuldades, marcadas pela exclusão da própria sociedade e do Estado, deixados na selva Amazônia sem condições básicas de sobrevivência digna do ser humano.

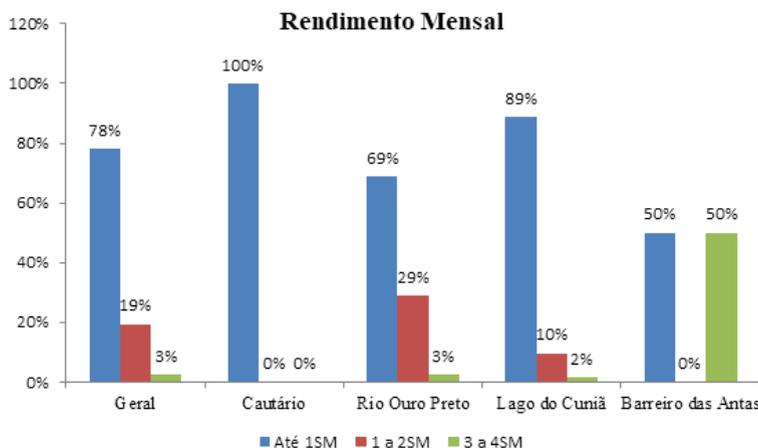
Como norteador do estudo, delinear-se os dados econômicos (tabela 2), referente aos rendimentos mensais: geral da pesquisa realizada e os rendimentos por cada uma das reservas pesquisadas. Para uma análise mais elaborada na (figura 3) é possível perceber a discrepância entre as reservas.

Tabela 2 – Rendimento Mensal por famílias nas Resex

Rendimentos	Geral	Cautário	Rio Ouro Preto	Lago do Cuniã	Barreiro das Antas
Até 1SM	78%	100%	69%	89%	50%
1 a 2SM	19%	0%	29%	10%	0%
3 a 4SM	3%	0%	3%	2%	50%

*SM: – Salário Mínimo Brasileiro: R\$996,00(Reais)/ \$250,00 (Dólares)

Figura 3: Rendimento mensal geral e por reserva.



Em aspectos gerais observe-se a renda mensal das famílias de todas as reservas estudadas (78%) sobrevivem com o valor menor que o salário mínimo brasileiro, e detalhando cada reserva extraímos da seguinte forma: Resex Rio Cautário (100%) sobrevivem com menos de um salário mínimo, a Resex Lago do Cuniã (89%), a Resex Rio Ouro Preto (69%) e Resex Barreiro das Antas com (50%), valor desta devido as famílias receberem benefício por idade. Pode-se perceber

Ao focalizarmos a complexidade de sujeitos, histórias, movimentações, conflitos e sociabilidades, é válido questionar em que perspectiva a relação entre pesquisador e pesquisado pode auxiliar a interpretar interações e relações cotidianas dos diferentes modos de vidas e sobrevivência na Amazônia, na construção de suas vidas, muitas ou quase todas às vezes ofuscadas pela incompreensão, pela exclusão, pela falta de apoio em suas demandas, e esquecendo que são Eles, os guardiões da floresta.

Pelos diálogos estabelecidos durante as entrevistas foi possível verificar sem sombra de dúvidas, apesar de todas as adversidades, o amor por manter a floresta conservada e preservada e o esforço de continuar a trajetória em favor da conservação e preservação da floresta, no sentido de protegê-las de outras representações, como invasores de terras, grileiros, pecuaristas.

Partindo de uma concepção ampla de comunicação que incorpora fazeres em comunhão, disputas e modos de ver e viver (Williams, 2011) em outras palavras, diálogos como prática cultural, indagamos: como podem ser percebidos como populações fundamentais no propósito de lutas desde a década de 1970, como podemos citar Chico Mendes...

“No começo pensei que estivesse lutando para salvar as seringueiras, depois pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, percebo que estou lutando pela humanidade” (Mendes, 1985).

Que matrizes teóricas desse pensamento Amazônico poderemos nos apropriar para aprofundar compreensões sobre a dialogicidade, seus processos comunicacionais mediados ou não em nossa realidade? Nesse contexto, alguns questionamentos ainda são necessários, como quais seriam as singularidades dos processos dialógicos amazônicos e de que forma estas trajetórias históricas poderiam ser mediadas, permitindo trazer à tona a diversidade de cenários e sujeitos em suas mais diversas experiências (Torres, 2005).

As questões antropológicas, por sua onipresença na vida social, se cruzam com questões geopolíticas, culturais, étnicas e econômicas, como nos mostram Hall (2003; Restrepo; Walsh; Vich, 2010). Entendê-las e se posicionar sobre elas é fundamental para que a Amazônia se liberte da condição periférica a que esteve historicamente relegada. Sem pretender responder a esse conjunto de indagações, mas interessados em refletir sobre a atualidade (Stuart Hall, 2004)

Na atualidade, essa luta é contínua e ocorre nas linhas complexas da resistência e da aceitação, da recusa e da capitulação, que transformam o campo da cultura em uma espécie de campo de batalha permanente, onde não se obtêm vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas. (Hall, 2003: 255).

O significado econômico das práticas locais (Graham e Gibson, 1996) são torná-las visíveis das diferenças culturais e ambientais que poderiam servir de base para alternativas, faz-se necessário reconhecer que suas dinâmicas estão indissolivelmente vinculadas a concepções de localidade, de lugar e de uma consciência baseada no lugar. O lugar como a cultura local pode ser considerado “o outro” da globalização, de maneira que uma discussão do lugar deveria oferecer uma perspectiva importante para repensar as questões as alternativas em relação ao capitalismo e à modernidade.

Como descreveu Dirlik (2000), o lugar e a consciência baseada no lugar têm sido marginalizados nos debates sobre o lugar e o global. Isto é duplamente lamentável porque, por um lado, o lugar é central no tema do desenvolvimento, da cultura e do meio ambiente, e é igualmente essencial, por outro lado, para imaginar outros contextos para pensar acerca da construção da política, do conhecimento e da identidade.

Talvez nas análises de Dirlik sejam fundamentais em relação as consequências do abandono do lugar, por categorias atuais da análise social tais como classe, gênero e raça e ambiente, que fazem com que essas categorias sejam suscetíveis de transformar-se em instrumentos de vulnerabilidade e invisibilidade social.

Diante do exposto, a diversidade e ao mesmo tempo peculiaridades regionais e locais, focalizam dois importantes vieses para a vida das Resex e seus habitantes, o primeiro, os processos dinâmicos e multifacetados de construção de identidades se sintonizam com pessoas e lugares nas condições geo-históricas, socioculturais e simbólicas em que vivem e o outro, as formas de diálogos e a exclusão das dominações, das disputas, e que sejam assumidas formas de negociações e ressignificações nesses quadros, permitindo e valorizando as experiências vividas por diferentes agentes históricos nestes ambientes, dando importância para o entendimento contextualizado e político das práticas socioculturais na Amazônia.

Porque os aspectos históricos, econômicos e sociais constituem um campo interdisciplinar que atua entre a tendência para abranger tanto uma concepção ampla de cultura, quanto uma concepção humanista. São interpretativas e avaliativas em seus métodos e rejeitam a equação exclusiva de uma cultura ter maior valor que outra e argumentam que todas as formas de produção cultural precisam ser estudadas e analisadas em relação a outras práticas antropológicas e às estruturas sociais e históricas. Assim, comprometidos com o estudo de todas as artes, crenças, instituições e práticas dialógicas de uma sociedade. (Nelson; Treichler; Grossberg, 1995: 13)

Sobre a noção de representação, cabe destacar que esta é considerada uma “noção chave” das ciências humanas (Ruano-Borbalan, 1993), para o entendimento dos modos de vidas das populações tradicionais, em especial as remanescentes dos seringais amazônicos, porque, as representações são consideradas consensualmente importantes, atravessando a história e as mais diferentes correntes de pensamento sobre o social.

Para (Moscovici, 1978), as representações são fenômenos complexos que se organizam como um saber acerca do real, reconhecendo que as representações são ao mesmo tempo geradas e adquiridas: “não são os substratos, mas as interações que contam” (Moscovici, 1989, p. 82).

Como pilares fundamentais dessa formulação estão a originalidade do pensamento coletivo sobre a soma dos pensamentos individuais (herdada do percurso teórico iniciado por Émile Durkheim), a noção de que sujeitos sociais constroem significados e conhecimentos, como sujeitos ativos e produtores (inaugurada pelos estudos de Jean Piaget), e a ideia de que saberes sociais não são desprovidos de afetos (incorporada mediante a influência freudiana). Como consequência epistemológica fundamental, constata-se a quebra das barreiras entre as ciências humanas: não é possível conhecer o ser humano sem considerá-lo inserido em uma sociedade, em uma cultura, se apropriando e interagindo com um ambiente, em um momento histórico, e em dadas condições políticas e econômicas.

Neste sentido, assume-se que nesta abordagem o fenômeno das representações sociais está ligado aos processos sociais implicados com diferenças na sociedade, se articulando tanto com a vida coletiva, como com os processos de constituição simbólica nos quais sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, para entendê-lo e nele encontrar seu lugar, através de uma identidade social. Ademais, as representações sociais assim entendidas atuam fundamentalmente como guias para a prática, isto é, orientam as ações e as relações sociais, assentando-se neste aspecto uma de suas principais contribuições aos estudos de dinâmicas socioambientais.

Ainda, as representações sociais carregam consigo as marcas das trajetórias, valores e interesses dos grupos sociais chamados a interagir acerca de um objeto comum, veiculando suas divergências e contribuindo para que as respectivas atitudes e disposições com relação a esse objeto sejam reelaboradas.

Assim, pode-se considerar que as representações sociais exercem um papel de mediação entre os grupos sociais. Contudo, não é sem conflitos que se dá essa mediação. Entende-se por conflitos ambientais aqueles envolvendo grupos sociais com modos

diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis decorrentes do exercício das práticas dos outros grupos (Acselrad, 2004).

Conclusão

Ao finalizar o estudo as lentes do processo social, econômico, ambiental e cultural, e a partir da década de 1970, quando os povos da floresta, (seringueiros), iniciaram os movimentos de reconhecimento como pessoa e guardiões da floresta, concretizados no início dos anos de 1990 com a legitimidade das primeiras reservas extrativistas no Brasil, pôde-se durante o trabalho de campo reconhecer a situação vulnerável e de exclusão que ainda sobrevivem.

Com políticas muitas vezes não eficientes, que poderiam dar visibilidade aos povos da floresta, suas histórias e cultura, e o que se observa é a invisibilidade aos olhos da sociedade e do Estado, e a construção de vida aliada ao desenvolvimento precisa ser emergente, de modo ao não esvaziamento das reservas e a perda da cultura, conseqüentemente o êxodo para a vida urbana contribui em níveis maiores para a exclusão, a pobreza e a falta de oportunidades. Pois a exclusão gera a opressão, e o oprimido será no futuro o opressor, pois sem condições básicas, o caminho a ser percorrido por eles, muitas vezes não será o melhor.

Ao buscar respostas para tantos momentos de vidas, de sofrimentos, de histórias, de privação, é injustificável aos guardiões da floresta, sentir-se hoje, mais excluídos que nos tempos dos chamados seringueiros.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. (2010) Desenvolvimento Sustentável: qual a estratégia para o Brasil? **Novos Estudos – CEBRAP**, v. 87, p. 97-113. São Paulo
- ALLEGRETTI, M.H. (1989) Reservas extrativistas: uma proposta de desenvolvimento para a floresta amazônica. **São Paulo em perspectiva**, 3(4):23.
- ALLEGRETTI, M.H. (1992) Reservas Extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 54, p. 5-23. Rio de Janeiro
- ALLEGRETTI, M.H. (1994) “Reservas Extrativistas: Parâmetro para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia”. In: ARNT, Ricardo.(org), **O Destino da Floresta: Reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará; Curitiba: IEA, Fundação Conrad Adenauer. pp.17-47.
- ALLEGRETTI, M.H. (1997) Ambientalismo Político y Reforma Agraria de Chico Mendes al Movimiento de los Sin Tierra. **Nueva Sociedad**, v. 150, p. 57-68. Buenos Aires

- ALLEGRETTI, M. H. (2002) **A construção social de políticas ambientais. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. 2002. 811f. Brasília. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília.
- BARBETTA, P. A. (2010) – **ESTATÍSTICA APLICADA ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS**. 7 ED. ED. UFSC.
- BARDIN. L. (2009) **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Edições 70. Lisboa: Persona.
- CARVALHO, A.M., FRAZÃO-MOREIRA, A. (2011) “Importance of local knowledge in plant resources management and conservation in two protected areas from Trás-os-Montes. Portugal”. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**. Disponível em <https://ethnobiomed.biomedcentral.com/articles/10.1186/1746-4269-7-36> (acesso em 20/10/2018).
- CAVALCANTI, C. (1995) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Cortez Editora.
- COSTA, A.A. (2001) **Introdução ao direito**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.
- COSTA, R. H.(2007) **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- COSTA, A. P. (2014) **Políticas públicas e desenvolvimento nas RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã – Pará**. 424f. Belém. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.
- COSTA, A. C. G.; MURATA, A. T. (2015) A problemática socioambiental nas Unidades de Conservação: conflitos e discursos pelo uso e acesso aos recursos naturais. **Sustentabilidade em Debate**, v. 6, n. 1, p. 86-100.
- DERANI, CRISTIANE.(2001) A estrutura do sistema nacional de unidades de conservação – lei nº 9.985/2000. In: **Direito ambiental das áreas protegidas – o regime jurídico das unidades de conservação**. Coord. Antônio Herman Benjamin. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001b. p. 232 a 275.
- DOUROJEANNI, M. J. (2001) Áreas protegidas de américa latina en los albores del siglo XXI. In: **Direito ambiental das áreas protegidas – o regime jurídico das unidades de conservação**. Coord. Antônio Herman Benjamin. Rio de Janeiro: Forense Universitária. p. 42 a 107.
- Dirlik, Arif. (2000) “Place-based Imagination: Globalism and the Politics of Place” in Prazniak, Roxann and Dirlik, Arif (eds.) **Places and Politics in an Age of Globalization** (Nova Iorque: Rowman and Littlefield).

- FLORENTINO, G.; SILVA, D.; FREITAS, J. (2016) Análise de reservas extrativistas a partir da economia ecológica. **Observatorio de La Economía Latinoamericana**, v. 16, p. 2-10. Málaga
- FREITAS, J.; SILVA, D.; RODRIGUES, M. (2016) Áreas protegidas en el Amazon: un análisis institucional extractiva reserva el Alto Jurua. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, v. 6, p. 1-13. Málaga
- GALIAZZI, M.C. (2003) **Educar pela pesquisa: ambiente de formação de professores de Ciências**. Ijuí: Ed. Unijuí.
- GIBSON, Catherine and GRAHAM, Julie (1996) **The End of Capitalism** (as we knew it) (Oxford: Basil Blackwell).
- GOESCHL, T.; IGLIORI, D. C. (2004) Reconciling Conservation and Development: a dynamic hotelling model of extractive reserves. **Land Economics**, v. 80, n. 3, p. 340-354. Madison
- HALL, A. (1991) **Amazônia: desenvolvimento para quem?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 198 p.
- IBAMA. (2018) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Efetividade de gestão das unidades de conservação federais do Brasil**. IBAMA, WWF-Brasil. – Brasília: IBAMA.
- KELLY, R.; SIRR, L.; RATCLIFFE, R. (2004) **Futures thinking to achieve sustainable development at local level in Ireland** . Foresight, v.6, n.2, p.80-90.
- LEUZINGER, M.D. e PURVIN, G.J. (2001) **Desapropriações ambientais na Lei 9.985/2000**. In: Direito ambiental das áreas protegidas – o regime jurídico das unidades de conservação. Coord. Antônio Herman Benjamin. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 465 a 489.
- LOUREIRO, C. F. B. e CUNHA, C. C. (2008) **Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática**. Ambiente e Sociedade. Campinas. V. XI, n. 2.
- MILANO, M.S. (2001) **Unidades de conservação – técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade**. In: Direito ambiental das áreas protegidas – o regime jurídico das unidades de conservação. Coord. Antônio Herman Benjamin. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 3 a 41.
- NEGRET, J. F. (2010) **Flexibilização do capital na Reserva Extrativista Chico Mendes e seu entorno: o cronômetro entrou na floresta**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 373-390.
- NEWTON, P.; ENDO, W.; PERES, C. A. (2011) **Determinants of Livelihood Strategy Variation in Two Extractive Reserves in Amazonian Flooded and Unflooded Forests**. Environmental Conservation, Cambridge, v. 39, n. 2, p. 97-110.

- PÁDUA, M.T.J. (2002) Unidades de conservação – muito mais do que atos de criação e planos de manejo. In: **Unidades de Conservação: atualidades e tendências**. Org. Miguel Serediuk Milano. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, p. 3 a 13.
- PANTOJA, M.; COSTA, E.; POSTIGO, A. (2009) A presença do gado em reservas extrativistas: algumas reflexões. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 6, n. 12, p. 115-130.
- PETRINA, C. (1993) **Reserva Extrativista, a Reforma Agrária dos Seringueiros**. Disponível em: < <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/premierdph/fiche-premierdph-308.html>> . Acesso em: 10 set 2018.
- RIEMANN, H.; SANTES-ÁLVAREZ, R.; POMBO, A. (2011) **El Papel de las Áreas Naturales Protegidas en el Desarrollo Local: el caso de la península de Baja California**. Gestión y Política Pública, Cidade do México, v. 20, n. 2, p. 1-13.
- SACHS, I. (1993) **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e ambiente**. São Paulo: Studio Nobel/FUNDAP.
- SANTOS, N. A.; BRANNSTROM, C. (2015) **Livelihood Strategies in a Marine Extractive Reserve: implications for conservation interventions**. Marine Policy, Cardiff, v. 59, p. 45-52.
- SANTOS, F. P. (2015) **Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, uma pequena-grande diferença**. Revista GEONORTE, v. 6, n. 25, p. 43-60.
- SEN, A. (2000) **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras.
- SILVA, A. L. T. (2003) **A Amazônia na governança local: o caso do PPG-7**, 197 f. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, São Paulo.
- SILVA, J. B. (2007) **Unidades de conservação e organizações de populações tradicionais sul-amapaenses: problemas, tendências e perspectivas**. 374 f. Belém. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.
- SILVA, J. B.; SIMONIAN, L. T. L. (2015) **População tradicional, reservas extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR), v. 33, n. 1, p. 163-175.
- SILVA, J.A. (2004) **Direito ambiental constitucional**. 5ª ed. São Paulo: Malheiros.
- SILVA, K. (2015) **Conscientização, tradição e desenvolvimento: a conquista da terra, o uso dos recursos naturais e conflitos étnicos em unidades de conservação no estado do Amazonas**. Revista Intratextos, v. 6, n. 1, p. 1-24.

TORRES, Iraíldes Caldas. 2005. **As novas amazônidas**. Manaus: EDUA.

Documentos oficiais e institucionales:

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados.

BRASIL. (1999) Lei Federal nº 9.795 de 27/04/1999. **Institui a Política Nacional de Educação ambiental**. Diário Oficial da União. Brasília: Gráfica do Senado.

BRASIL. (2000) Lei Federal nº 9.985 de 18/07/2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**. Diário Oficial da União DE 19/7/2000. Brasília: Gráfica do Senado, 2000.

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS. (1993) Poronga. Comunicação e Editoração Ltda. **Diretrizes para um programa de reservas extrativistas na Amazônia**. Rio Branco. 52p.

ICMBIO, (2007) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2007. **Instrução Normativa Nº 01, de 18 de setembro de 2007**. Publicada no Diário Oficial da União Nº 182, Seção I, páginas 101 e 102, de 20/09/2007, Brasília:DF.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. (2000) **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – Lei n.9.985 de 18/07/2000 e decreto n. 4340/2000**.

PNUD. (2015) Organização das Nações Unidas – **Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e sobre os desafios a serem enfrentados até 2030**, UN News Centre.



UNIVERSIDAD
DEL ZULIA



espacio
abierto

Cuaderno Venezolano de Sociología

Vol 28, N°2 _____

Esta revista fue editada en formato digital en junio de 2019 por su editorial; publicada por el Fondo Editorial Serbiluz, Universidad del Zulia. Maracaibo-Venezuela

www.luz.edu.ve
www.serbi.luz.edu.ve
produccioncientifica.luz.edu.ve